ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº. 08/2025

(Plenária Presencial)

Aos nove dias do mês de abril de dois mil e vinte cinco, às quatorze horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária, nas dependências Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH, Av. João Pessoa, 1105 – Farroupilha – Porto Alegre/RS, sob a coordenação da Presidente **CAROLINA AGUIRRE DA SILVA** e vice-Presidente **PAULO FRANCISCO DA SILVA**, e na presença dos:

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:

Carolina Aguirre da Silva, **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA**; Paulo Francisco da Silva, **Pequena Casa da Criança**; Carolina Fraga, **Associação Cristã de Moços – ACM**; Eduarda Roos Enes, **Casa de Saúde Menino Jesus de Praga**; Priscila Balestrin, **Parceiros Voluntários;** Rosana Fernandes Nunes, **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, Apae/Porto Alegre**; Natália Laurindo, **AHMI**; Débora Nunes, **Fundação O Pão dos Pobres**; Frei Luciano Elias Bruxel e Frei Patrício Ceretta, **Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA**; Francyne da Rosa, **CEMME**; Carina de Lima Ferreira, **Associação Beneficente Amurt-Amurtel**; Luciane Escouto, **Instituto Leonardo Murialdo**; Rose Ceroni Canabarro, **Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – Asafom**; e Ivana Frois, **Comunidade Evangélica de Porto Alegre – CEPA.**

CONSELHEIROS DO GOVERNO:

Letícia Giardin e Francine Bays Zucatti, **SMAS/FASC**; Sônia Rejane dos Santos Vieira, **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF**; Sandra Regina Castro de Aguiar, **Secretaria Municipal de Educação – SMED**; Elisandra Marques da Rosa, **Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude – SMELJ**; Sônia Silvestrin, **Secretaria Municipal de Saúde – SMS**; e Guilherme Fagner da Silva Pereira, **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV.**

DEMAIS PRESENTES:

Denise Muzel e Luciana Tietbohl, **Administrativos SMIDH**; e Patrícia Costa, **Taquígrafa – TG Taquigrafia**.

PAUTA:

1. Abertura;

2. Comissões: Comissão Executiva, Comissão de Registros, Comissão de Políticas e Comissão de Finanças;

3. Informes.

Após a conferência de *quorum* foram abertos os trabalhos:

1. ABERTURA;

Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) - Presidente: Boa tarde. Começando mais uma plenária. Podemos ir para as comissões direto? Mas antes a gente tem dois conselheiros novos. Três. Então, por favor, se apresentem. **Frei Patrício Ceretta, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Boa tarde. Me chamo Patrício. Vim também com o Frei Luciano, a gente ajuda no CPCA. Eu estou como suplente do Frei Luciano e atualmente também represento o conselho no comitê de ética da PUC. Então, para dizer também que é uma satisfação poder estar aqui, conhecer a plenária de Porto Alegre. Eu venho de um município menor do interior, mas lá acompanhava também as situações das crianças e adolescentes. Estou à disposição para o que precisarem. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) - Presidente:** Ah, que bom! Muito bom! Você, por favor, que eu ainda não sei seu nome. **Sandra Regina Castro de Aguiar, Secretaria Municipal de Educação – SMED:** Boa tarde. Meu nome é Sandra Aguiar. Eu trabalho lá na UPP, Unidade de Projetos e Parcerias da SMED. Também estou aqui para contribuir e aprender muito com vocês. E à disposição. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) - Presidente:** Ah, obrigada. Quem é o outro? **Guilherme Fagner da Silva Pereira, Secretaria Municipal de Governança Local - SMGOV:** Boa tarde. Meu nome é Guilherme, mais conhecido como Mumuzinho, trabalho na SMGOV e sou suplente agora aí do conselho. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) - Presidente:** Bom, agora nós vamos nos apresentar. [Apresentação dos conselheiros nominados na inicial].

2. COMISSÕES: COMISSÃO EXECUTIVA, COMISSÃO DE REGISTROS, COMISSÃO DE POLÍTICAS E COMISSÃO DE FINANÇAS;

- COMISSÃO DE REGISTROS:

Então, podemos ir para as comissões? Quem é a primeira? Registros? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Vamos de registro aqui. Esse processo depois eles vão complementar. Então, primeiro é do SEI 18.0.000015613-9. Esse, vou dizer o nome que vai ser agora: **CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHA FAZENDINHA FARROUPILHA**. Antes chamava Piquete Feijó Campeira do Boa Vista, Fazendinha. Então, eles solicitaram aqui, mandaram os documentos, ata, estatuto, CNPJ, com alteração de nome. Então, antes era Piquete Feijó, etc. Agora hoje, formalmente, documentalmente, passa a ser chamado de Centro de Tradições Gaúcha Fazendinha Farroupilha. Mesmo endereço lá da Zona Sul. Então, a comissão é de **PARECER FAVORÁVEL A ESSA TROCA DE NOMENCLATURA**. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) - Presidente:** É só de nome, então? Só um parêntese, a Fazendinha é aquela que acolhe no Parque Farroupilha as entidades para as visitas durante o mês de setembro. É a mesma? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** É. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) - Presidente:** Então, em votação, quem é favorável levantar a mão. Ok, pode baixar. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER PELA TROCA DE NOMENCLATURA**. Outro? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Outro é o SEI 22.0.000017649-8. É do **INSTITUTO PEREIRA**. Então, ele solicita a inscrição de um novo curso, Jovem Aprendiz, que é o curso Embalador a Máquina, que é para 18 anos. O CBO é 7841-10, para Jovem Aprendiz. Então, enviaram o plano e o requerimento, tudo ok. Então, a comissão deu **PARECER FAVORÁVEL À INSCRIÇÃO DESTE CURSO**, que é de Embalador a Máquina. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) - Presidente:** Ok. Alguma dúvida? Então, em votação, quem é favorável favor levantar a mão. Ok, **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER DE INSCRIÇÃO DO CURSO**. Outro? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Só vou fazer o relato das visitas. Nós fizemos duas visitas. Então, eu, o Mumuzinho e a Letícia. **Guilherme Fagner da Silva Pereira, Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** A gente foi, a gente realizou uma visita hoje ali na Tristeza, que é o Centro Comunitário Educacional. A gente chegou lá, a gente identificou lá que ela mandou o plano dela em 31 de outubro de 2024. Ela nos encaminhou. O SEI aqui é o 24.0.0028773-23. Então,

na visita a gente foi recebido pela presidente, que é Eneida Maria Gasper, e ela informou que atendia 40 crianças. A gente chegou lá, não tinha nenhuma criança. E ela disse que ela só atendia crianças na parte da tarde, em torno de 8 a 10 crianças, mas a gente acredita que não tenha nenhuma criança lá. E ela informou que ela está sem parceria e está sem verba, por isso que ela não tem nenhuma criança lá. A gente deu uma volta ali dentro da casa. O ambiente, bem legal assim o ambiente. E numa das salas ela cedeu para fazerem costuras, uniformes. **Letícia Giardin, SMAS/FASC:** Para as mulheres da comunidade, geração de renda para as mulheres. Mas com crianças, é que eles encaminharam um plano de trabalho que tinha como atendimento de 40 metas e também tinha até um quadro de RH, sabe? E a gente chegou lá e o plano não condiz com a situação real e ela nos informou, porque no plano estaria atendimento de manhã e tarde. Quando a gente chegou lá, ela falou que teria só à tarde, de 8 a 10. Então, ela nos passou da dificuldade financeira, que ela está tentando construir algumas parcerias e aí a gente falou para ela que nesse momento esse registro ia ser indeferido para que ela se organizasse, porque a gente entendeu que, de repente, era alguma coisa que ela gostaria de fazer, mas hoje ela não tem recurso. Então, a gente colocou a equipe à disposição também para orientar. Mas é isso. **Guilherme Fagner da Silva Pereira, Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** No plano dela colocou que ela tinha psicólogo, coordenador, lá dentro. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) - Presidente:** Eu acho que é importante também colocar de que, por exemplo, se ela está tendo geração de renda ali, ela pode usar o mesmo espaço, não tem problema, mas as entradas têm que ser separadas. Não pode ser a mesma entrada para os serviços, isso aí a gente já tem como padrão. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Na verdade, eles pediram reativação. Há um tempo atrás, acho que em 2018, eles já tiveram o registro aqui ativo, tinha algumas atividades, como ela ficou sozinha, então ficou cuidando da casa, que é um centro que dava para ser bem aproveitado. É um centro comunitário da Prefeitura que está com ela. Permissão de uso ela tem. Então, lá não tem móveis para atender criança. Tem algumas classes, mas não tem cadeiras. E tem uma pessoa morando já lá, que ela emprestou, fora esse atelier para costurar. Eles convidam algumas mulheres da comunidade para fazer acabamento nas camisetas, nos uniformes. E a gente explicou direitinho, então, ela concordou que, por enquanto, não tem como ela ter o registro. Citamos, falamos da Parceiros Voluntários, para ela ir buscar esse auxílio, tanto para gestão quanto para parceiros ali para atividades com as crianças. E então,

esse é o parecer da comissão, **INDEFERIR E O ARQUIVAMENTO DESSE PROCESSO**. Então, ela tá ciente dessa decisão. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Só acho que tem uma coisa que tem que ficar claro. Eu já discuti isso aqui outra vez. Ela não pode fazer nenhuma atividade com criança. Não só indeferir, tem que orientar, porque para ter atendimento, sempre tem que ter o registro. Estatuto prevê isso. Nós já tivemos, nós já discutimos a nossa resolução que, antigamente, se dizia que a entidade só podia ter registro quando já tinha um atendimento. Pelo contrário, tem que pedir uma licença, uma autorização, um reconhecimento para depois começar o atendimento. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) - Presidente:** Mas sabe, Frei, que isso é exatamente o que o estatuto diz, o ECA diz que tu tens que pedir autorização para começar, mas a resolução do CMDCA, tanto a 25, acho que era, enquanto a 100 agora, nós fazemos ao contrário. E eu acho que isso a gente vai ter que corrigir. E isso a gente conversa muito aqui. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Então, nós temos que orientar que não pode fazer atendimento. É orientação indeferir. Que, na verdade, se ela fizesse o atendimento, pelo que entendi, seria algum curso, apoio à rede, alguma ação solta. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Sim, a gente fez toda a orientação. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Mas para ter um cuidado, porque isso é aquilo que já foi discutido aqui. Eu já levantei essa discussão já duas ou três vezes, de a gente rever a nossa resolução. Tanto que a gente cobra da FASC, da SMED, quando faz o convênio, senão tem autorização, porque tem que ter autorização para existir o trabalho anterior ao Conselho da Criança. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Mas tem que ter uma previsão, porque senão qualquer pessoa vai ter, pedir registro aqui sem nada. Então, por isso que a gente, como Comissão de Registro, a gente pensa nesse sentido. Tipo, senão qualquer um vai poder pedir registro aqui. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) - Presidente:** Mas eu acho que são coisas diferentes, por exemplo, eu entendo o nosso medo de abrir as porteiras, vamos dizer assim, mas ao mesmo tempo, a gente tem que pensar, o que a gente vai olhar quando a instituição ainda não tem o atendimento? A gente vai olhar a estrutura, a estrutura do prédio, como que está, se tem brinquedo, se tem já mobília, se não tem gente morando lá dentro, essas coisas a gente vai olhar. Ok, você pode atender, aí ela vai procurar parceria, ou ela vai

procurar compra de vagas, ou alguma coisa nesse estilo. O que eu penso também de que a gente tem que cuidar, e aí eu vou falar mal do conselho vizinho, para a gente não fazer mais ou menos que nem o CMAS. O CMAS agora, de pouquinho tempo atrás, a gente descobriu, e aí me corrige, Rose, se é pelo NOB/SUAS, tem que ter funcionário CLT contratado para poder existir como instituição. Se uma instituição que não tem recurso nenhum, como é que ela vai ter funcionário? Não tem como. Sabe? Não tem como, não tem sentido. Eu acho que cabe a gente rever a nossa concepção, para a gente poder discutir de forma mais tranquila também e se apoderar da Resolução 100 para a gente poder ver o que está colocado ali certinho. Mas, sobre essa instituição, podemos seguir o parecer da comissão em indeferimento da inscrição? Quem é favorável, favor levantar a mão. Em indeferimento. Ok, pode baixar. Alguém contra? Alguma abstenção? Uma abstenção. **APROVADO COM UMA ABSTENÇÃO O PARECER PELO INDEFERIMENTO DA INSTITUIÇÃO**. Outro? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** A outra visita foi na **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE DA COMUNIDADE**. Eles tinham solicitado aqui uma reativação, mas só que, olhando a documentação, eles já tinham inscrição do programa. Então, ele já trabalha há muito tempo naquele Programa Cidade Escola, que era do próprio Estado. Depois que encerraram, então, eles hoje têm parceria com a SMED, com a Educação Integral, só que não tem inscrição aqui. Então, a gente foi lá, fizemos todas as orientações e eles só aguardam nosso encaminhamento, nosso despacho para eles encaminharem os documentos para inscrição da Educação Integral. Eles trabalham em três escolas ali na região sul, à tarde e pela manhã. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) - Presidente:** Essa é AABB? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Sim. Posterior complementação dos documentos. **Rose Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – ASAFOM:** Posso falar sobre isso? Acho que é bem importante, assim agora a gente está com a Sandra, que é do setor de parcerias, e um dos questionamentos, Carol, que o Fórum sempre fez para SMED era que no edital, tanto na educação infantil quanto na educação integral, que a OSC tivesse registro e inscrição do programa aqui. Primeiro o registro, e aí a inscrição ela pode fazer a posterior, no momento de que ela for fazer a parceria. Por quê? Porque se não consta no edital, a OSC não sabe, entendeu? A OSC não sabe que uma das exigências teria que ter o credenciamento aqui. E aí se capta recurso ou se vai captar recurso e

não ter também a inscrição aqui, como é que a gente vai validar? Que nem aconteceu no Urubuzinho. Eles tinham lá, as crianças dormiam nos alojamentos e não tinham inscrição no Conselho da Criança e do Adolescente, pegou fogo, vários foram a óbito e tal, e os conselheiros tiveram que responder. Até hoje estão respondendo o porquê que essa OSC não tinha inscrição dentro do CMDCA. Então, é uma coisa um pouco grave assim, quando se abre um edital, e acho que é importante quando a gente valida qualquer coisa aqui, é importante ter a inscrição aqui. Viu, Sandra? Acho que a gente novamente traz de novo para a SMED e para o secretário lá da importância, que eles estão abrindo um edital de credenciamento para educação integral, que é o contraturno e currículo complementar. E no Fórum a gente viu que estava todo mundo muito interessado querendo entender, porque foi o próprio secretário que foi lá, o Jorge Murgas, falar sobre esse edital, e estava todo mundo querendo entender, e aí um dos requisitos seria estar constando nesse edital que teria que ter aqui o seu registro e a posterior vim colocar dentro dessa política, porque é importante para nós até em números, de quantas crianças e adolescentes estão sendo atendidas no Município de Porto Alegre, nas entidades. Isso é importante para nós, até para saber que política que tem que se melhorar, é a do contraturno, sabe? Eu acho que, só deixar isso em relato aí que acho que é importante. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) - Presidente:** Rose, tu não viu lá o site, o do CMDCA? Eu não li todo. No edital. Na outra vez eu questionei a SMED sobre isso, eles dizem que pedem na documentação depois, na hora de assinar. Esse a gente tem que votar? Não, Paulinho? Não tem que votar, porque eles vão mandar ainda a documentação, né. Ok. Finanças ou políticas? Políticas?

- COMISSÃO DE POLÍTICAS:

Rosana Fernandes Nunes, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre: Em relação a RITMA, Carol, a gente recebeu na nossa comissão dois processos, já com os pareceres feitos, realizados. Então, agora o CMDCA precisa fazer uma visita e nós construirmos um parecer, e temos um prazo aqui nesse encaminhamento até 21/04 para encaminhar esse parecer. Então, é fazer a visita e fazer o parecer. E a gente precisa também do modelo que não localizamos ainda, o modelo do plano. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Me manda os números de SEI depois, que daí eu já coloco no grupo de visita. E aí, aproveitar na mesma linha das visitas, recebi também uma listagem do

Monitoramento. Vou colocar ali no grupo das visitas também, para nós organizarmos as visitas que tem que ser feitas, tá? Ok. Mais algum, políticas? **Natália Laurindo, AHMI:** Eu não busquei o processo, porque não foram encaminhados. A gente fez uma reunião hoje de manhã com a SOME para orientação, conforme a alteração do projeto. A gente também fez reanálise do projeto do Tiago Gonzaga, da Kinder, que não enviou o plano de trabalho, em vez de mandar o projeto. Aí, enfim, eu até falei com o pessoal por fora ali, mas ninguém me chamou. E a pessoa, assistente social que faz os projetos lá, a Melissa, ela já faz há muito tempo, eu não entendi porquê que mandaram o plano de trabalho, tá? Então, mandaram isso. E a gente também fez uma solicitação para o Instituto Passos e ajustou o projeto, eles enviaram sem ajuste, o Instituto Passos. E outra coisa que eu queria falar, não sei se esse é o momento, sobre o despacho das datas do CEDICA, que eu estou fazendo aqui. E aí eu só quero validar se tá tudo certo. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) - Presidente:** Sim. **Natália Laurindo, AHMI:** Tá, então, a gente vai fazer um despacho, porque vai ter que ser publicada uma resolução com isso. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Só para atualizar todos, como nós fizemos a nossa breve plenária, lá na última quarta-feira, dia 02 de abril, nós não tivemos taquigrafia. Então, para que deixasse registrado bonitinho no processo, foi feito um processo SEI remetido para a Comissão de Políticas, e aí a Comissão de Políticas tá fazendo um relato, na verdade, com os encaminhamentos que foi feito lá na nossa plenária, tá? E a proposta aqui é a gente trocar uma data, mas a gente está trazendo para vocês agora. **Natália Laurindo, AHMI:** *Foi acordado em plenária do dia 02 de abril de 2025, com o calendário abaixo, para o Edital 01/2025 do CEDICA, Conselho Estadual da Criança e do Adolescente. Então, para qual e-mail deverá ser encaminhado? cmdca@portoalegre.rs.gov.br. Prazo de recebimento, 12/05/2024. Horário até às 23:59*. E aí a ideia é botar para o dia 12 de maio, porque vamos ter três plenárias para falar dos projetos, e não só duas. Então, se todos estiverem de acordo, a gente segue. E o prazo para análise da comissão a gente colocou para o dia 28/05/2025, que é numa quarta-feira, que é a nossa última plenária para falar sobre esse assunto, e o prazo para a gente referendar e publicar, a gente não colocou analisar, que na real a gente não tem que aprovar, a gente referenda que está tudo de acordo, mas a gente não vai fazer a análise dos projetos, que nem a gente faz aqui com os do Fundo da Criança, do CMDCA. Então, a gente colocou para o dia 30, numa sexta-feira, então dia 28 a gente dá ok e dia 30 para fazer a publicação. **Frei**

Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA: Eu só tenho uma dúvida, Carol, nós vamos enviar para cada instituição o referendamento ou nós vamos mandar uma lista dos projetos para o CEDICA? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) - Presidente:** Não, pelo edital, diz que é para a gente enviar para a instituição. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Então, em tese, se nós recebermos antes, a gente já pode referendar antes? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** É, o que a gente pensou? De fazer uma data de envio até o dia 12, então, se a instituição quiser enviar é até o dia 12. Nós temos do dia 12 ao dia 28 para analisar. E aí esses dias a gente vai analisar. Se a gente conseguir eliminar antes, tranquilo. Vier três projetos, ali no dia 12 veio três, no primeiro a quarta a gente analisa, aprova, publica e está pronto, acabou. Vai fazendo gradativamente. Faz todos os envios de uma vez só. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) - Presidente:** É, acho que, exatamente. Tem ali as questões que pede o edital, infraestrutura, responsabilidade, idoneidade, capacidade técnica. Então, assim, algumas questões que pede ali no edital. E nós podemos enviar para o CEDICA, um comunicado do nosso DOPA, e também podemos enviar ao Fórum, que o Fórum dispara também para as demais instituições. E a gente pode botar na nossa página do site, aí está público. Podemos colocar em votação? Em votação essas datas que foram faladas. Alguém contra? Alguma abstenção? **APROVADO POR UNANIMIDADE AS DATAS DO EDITAL CEDICA**. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Uma sugestão para tu dar para o CEDICA, para a próxima vez. É porque eu fico imaginando como é complexo uma entidade saber que... Claro, ela tem que entrar em contato conosco aqui do CMDCA para ter esse ateste. Mas como seria legal o CEDICA talvez sugerir que da próxima vez fizesse um período e já colocasse o período dos conselhos locais ou recolhesse os projetos e submetesse, desse um prazo, uma semana para os conselhos, cada região, olhar os seus projetos se tem registro e inscrição, dentro de uma etapa do processo. Porque eu acho injusto que uma entidade vai adivinhar que vai ter um outro edital dentro do edital do CEDICA, que é o que o CMDCA faz. Na verdade, nós estamos botando uma regra, um prazo que nós estamos estabelecendo assim. Vai que uma entidade olhe, fique sabendo que tem um edital, depois do nosso prazo de Porto Alegre, mas nem tem chance. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**

(Topogigio) – Presidente: Mas, Frei, num dos documentos para serem enviados diz o documento do CMDCA. Então, tipo assim, quando tu está lendo ali, já vai pedir. Um dos critérios é análise, não sei o quê, do Conselho Municipal, e um dos documentos também é. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Mas, Carol, imagina a minha situação. Eu estou no CPCA lá, eu descubro que tem alguém que informou, tem um edital, passou o prazo do CMDCA, eu ainda estou no prazo do CEDICA, eu não tenho o texto do CMDCA e eu vou estar lá no dia 24, terminou o prazo, e quero fazer o edital, estou dentro da regra ainda do Estado, da data, mas já não tenho habilidade porque eu não tenho mais como consultar o CMDCA. Não é um problema nosso, é o CEDICA. A gente já tem dito há mais tempo que é mal feito o edital, porque eles botam uma regra para as instituições que não está divulgado no próprio edital deles que nós estabelecemos. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) - Presidente:** E eu até entendo que a necessidade do referendar, vamos dizer, é pelo Conselho Municipal, mas também fica estranho tu colocar uma competência dentro do teu edital para o outro. E aí se eles colocassem uma data para nós seria pior ainda. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Eu acharia melhor, Carol, a gente sugerir na próxima vez, como nós fizemos o nosso edital, nós consultamos a SMED, a FASC, para ver se a entidade tá adimplente ou inadimplente. O Estado deveria fazer isso depois para cada município e dizer: "manda um pedido para os conselhos, tal entidade apresentou um projeto na área da infância, ela tem registro e inscrição do programa, tem capacidade instalada. Aí o Conselho atesta, mas não no meio do processo. **Natália Laurindo, AHMI:** Como é que a gente vai manifestar para o CEDICA? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) - Presidente:** Nós vamos fazer com os dados que pede ali no edital, a gente vai fazer quase uma resolução dizendo que a instituição “A” tem os itens questionados no edital e que está apto, pronto, é isso. E aí a gente envia para a instituição. **Natália Laurindo, AHMI:** Não para o CEDICA? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) - Presidente:** Não, a gente vai enviar para a instituição, que daí o CEDICA, a instituição que manda para o CEDICA. O que cabe a nós falarmos para o CEDICA é que estamos com o prazo até tal data. **Rose Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – ASAFOM:** No despacho aqui a gente colocou que a lista das OSC referendadas será divulgada no DOPA,

Diário Oficial de Porto Alegre e no Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. E não colocar no site do CEDICA, porque a gente não sabe se eles vão colocar. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Não. Tá, mais alguma coisa, não? Finanças?

- COMISSÃO DE FINANÇAS:

Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários: A gente vai passar na semana que vem, porque a OSC solicitou uma atualização do extrato e tinham mais doações do que tinha sido enviado no ofício, então, a gente vai passar na semana que vem.

- RETORNOS/INFORMES:

Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) - Presidente: Então, tá. Sobre o seminário passado, na semana passada, nós tivemos também alguns outros assuntos, como o texto do projeto técnico do edital. Então, a gente pode pegar aquele texto que a gente reorganizou e encaminhar para a PGM para análise. Então, eu vou colocar ele em Word para fazer isso. A gente não precisa votar, porque para votar tem que ir para a resolução, mas está em consenso que aquele é o texto final nosso ali. Eu organizo os dois documentos e envio. Projeto técnico do edital. Cadê a Carol e a Fran? E aí, como é que está? Não conseguiram pegar hoje? **Carolina Fraga, Associação Cristã de Moços – ACM:** Eu olhei, mas não tinha nenhuma observação, nenhum comentário, não fiquei até o final, daí eu não sei o que tem que mexer. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) - Presidente:** Ok. **Francyne da Rosa, CEMME:** Eu entendi ali as modificações, só que são coisas bem, tipo, do que a gente falou no texto do CEDICA, para dizer qual é a metodologia que vai ser utilizada, nós temos ali uma tela de um valor de 150, mas se vai ser valores distintos ali, três faixas etárias de valores ou se vai ser um único valor. Porque parece que não fica em evidência para o CEDICA entender, tem uma distribuição de valores, que poderia ser por esta linha também. Então, ficou também essa parte em aberto para decidir, se é um único valor ou se vai manter ali as faixas etárias, as faixas de valores, e a gente vai ter que argumentar melhor na justificativa essa escolha. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) - Presidente:** Isso. E aí eu acho que o principal ali é a gente definir o critério. O critério: por que são três eixos? Por que essas regiões? Por que esse valor? É critério, porque a gente está definindo essas questões. Estava pensando, qual é o setor que tu és mesmo? **Sandra Regina Castro de Aguiar, Secretaria Municipal de Educação –**

SMED: Unidade de Projetos e Parcerias. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Eu acho muito interessante, porque ela veio da Unidade de Projetos e Parcerias, entendem? Então, eu acho que é bem legal isso, porque ela vai poder nos ajudar muito na questão de projetos e parcerias. Sabe? Eu acho que a gente podia colocar a Sandra junto nesses textos de projeto, para a gente poder fechar isso também, aproveitar ela, né. [Risos]. E aí também pensando assim, eu gostaria muito, muito, muito, muito, que a gente conseguisse fechar antes do feriado, ou seja, próxima semana. Aí a gente passa aqui na plenária e aí já manda para a ASSETEC, para todo mundo. Até porque, finalzinho do mês a gente tem reunião com a PGM. E aí qualquer questão a gente já pode trazer na reunião da PGM para a gente alinhar. Então, a gente já faz uma coisa um pouco maior, que se não a gente vai ficar demorando muito, a gente vai e volta no projeto também. Acho que a gente tem que fechar. E as gurias estão se dedicando demais, só acontece que cada dia que a gente lê a gente muda 10 coisas. Então, a gente vai ter que fechar logo esse texto também, tá? Então, por favor, gurias, se vocês puderem, depois só peguem o contato. Já compartilhem com a Sandra ali para a gente ver isso aí. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Posso falar? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Claro, Frei. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Sexta-feira eu participei, representando o CMDCA, no GT de trabalho sobre o Programa Família Acolhedora no Ministério Público. Para conhecimento, quem não conhece, na previsão da convenção de estatuto, antes do acolhimento institucional, existe uma modalidade de atendimento que deveria ser priorizada, que é a Família Acolhedora. O Município de Porto Alegre demorou muito para instituir esse programa, tem agora, há alguns anos e quem executa é o Calábria. Então, estava lá o Calábria, nós do CMDCA, a equipe técnica da FASC, a especializada. Com a promotora nova que assumiu, porque há umas discussões de algumas adaptações da lei municipal de Porto Alegre, de qualificação, em alguns aspectos que ela é falha. O que pediram do nosso Conselho? Primeiro, que a gente do conselho se aproprie para ajudar a divulgar essa política que hoje nós temos famílias habilitadas no município, 20 famílias, 14 crianças em acolhimento, é uma alternativa muito melhor do ponto de vista humano para uma criança, em vez de estar num espaço institucionalizado, estar dentro de uma família que recebe um subsídio do Município. Até, semana passada, a Sílvia Tejadas, que foi da equipe técnica da FASC, sugeriu que o

Conselho discutisse também a guarda subsidiada. Aqueles casos da família extensa que poderia estar assumindo, em vez de às vezes abrigar uma criança com apoio, a família mais pobre, que não tem condições, que uma avó poderia assumir, um tio, uma tia, que às vezes acaba indo para um abrigo, deixando sequelas irreparáveis na vida. Mas o que o Ministério Público, junto com a comissão, pediu do Conselho? Apoio na divulgação, porque é um programa pouco conhecido na cidade. Então, eu sugeri lá já que apresentasse uma proposta de campanha, e que, falando com a Carol, que semana que vem a entidade que executa, não sei se a promotora vem junto, a Maria Alice Santos, para o Conselho também se apropriar um pouco mais dessa política. E ver o que nós poderemos fazer, talvez até indicando famílias nas nossas comunidades, onde a gente atua, que pudessem ser famílias acolhedoras. Hoje nós temos quase 900 crianças em Porto Alegre institucionalizadas, pelo que a promotora falou. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** E, Frei, quanto que é mesmo o subsídio mensal? **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Hoje é um salário, criança especial um e meio. Eu até sugeri, hoje uma criança, o custo no acolhimento, passa de 4.000, não sei se não está chegando a 5.000, sem falar do custo emocional. Claro que a gente tem que calcular, hoje tem uma equipe técnica, o custo do projeto é a bolsa, o acompanhamento das famílias. Hoje o custo é mais ou menos R$ 30 mil da equipe técnica, psicólogo, cada núcleo que pode acompanhar tantos técnicos, 20 famílias. Mas, mesmo assim, do ponto de vista econômico, é mais econômico, mas o argumento nosso é o retorno emocional e o vínculo no desenvolvimento que essa criança vai ter, que vai marcar definitivamente a vida de uma pessoa. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** Então, na quarta que vem eles vêm? **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Eu queria confirmar, eu sugeri, se for uns 20 minutos, seria uma meia hora para a gente discutir essa política e entendê-la melhor. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) - Presidente:** O senhor pode organizar para eles às quatorze horas? Pode ser? Daí a gente fica das 14 até umas 15 horas para este tema. E aí eu acho interessante também a gente ter uma fala, principalmente, até da diferença: o que é casa lar, o que é acolhimento institucional? **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** A melhor coisa que tem é o Calábria, porque está em todas as modalidades de acolhimento. A entidade que tem mais casa lar, que executa família acolhedora e já teve o acolhimento institucional. Quem está coordenando é a Solange, que já esteve no Conselho aqui, já faz tempo. O primeiro

projeto aqui em Porto Alegre foi dos Amigos de Lucas. Como não funcionou bem, teve problemas, por um bom tempo Porto Alegre ficou fora dessa política. Agora que retornou, é uma política muito importante de conhecer e ajudar. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Mais algum tema, pessoal? **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** Carol, eu queria te perguntar de novo sobre esses projetos. A ideia do diagnóstico era que eles pudessem, de alguma forma, subsidiarem a locação estratégica desses recursos em espaços que a gente definisse como estratégicos para melhorar o cuidado e a proteção. A ideia é que a gente, porque nós vamos ter essas três semanas para avaliar os projetos. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Eu entendi o que tu falou, agora me lembrei o que a gente conversou. O que a Sônia está trazendo? De que o diagnóstico que nós estamos fazendo está trazendo alguns dados. E é interessante que as secretarias, como a Saúde, por exemplo, possa vir apresentar seus projetos na área da criança e adolescente, para a gente poder também entender, talvez, alguma coisa que não está tão claro no relatório. E aí, eu acho que é bem válido, Sônia, para a gente poder fazer essa apresentação. E também fazer já, talvez, até alguma construção junto. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** Eu estou preparando, eu acredito que até semana que vem a gente já tem, porque aí a gente ampliou mais dados depois da nossa discussão, de Bolsa Família, de violência, de trabalho infantil, as agendas que eu vou trazer, principalmente de desenvolvimento, o que a gente tem de serviços? Para a gente se conhecer, para a gente. E aí, se isso, de alguma forma, possa nos ajudar, enfim, até nessa questão dos projetos, entendeu? É ir nesse sentido, para que faça sentido e no contexto a gente consiga, de fato, melhorar o acesso dessas crianças. Nesse sentido que me preocupa. **Carolina Fraga, Associação Cristã de Moços – ACM:** É que a gente tem vários projetos que a gente está trabalhando, da proteção integral, por exemplo. A gente pegou os dados da FASC, dados do CREAS, por exemplo, de risco, o que a gente tem de risco. Então, se tiver os dados da Saúde, enfim, a gente vai vendo as questões de território, a partir disso a gente definiu alguns territórios. A partir dos dados de vulnerabilidade, mas com dados da FASC. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Mas vou te dizer que o banco mais precioso na cidade hoje, pelo que eu já escutei de vocês, o de vocês (Secretaria da Saúde) é muito mais completo do que o da FASC. **Carolina Fraga, Associação Cristã de Moços – ACM:** É que a gente já escreveu, a gente já fez os projetos, aí a gente não tem os

dados da Saúde ainda. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Tu não colocou nada lá, Sônia, ainda? **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** Não, porque eu quero colocar completo. **Carolina Fraga, Associação Cristã de Moços – ACM:** Só o Presidente Vargas colocou. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** Eu posso colocar, mas é que eu não tenho tudo, aí fui olhar o que eu já tinha para colocar. A gente começou a pensar: bah, mas o dado do Bolsa Família é um dado de vulnerabilidade. Tem territórios que eu tenho 82% das famílias recebendo Bolsa Família. Tem outros que é 20%. Então, esses são territórios estratégicos. E aí nós pensamos, então, incluir o trabalho infantil. E aí o Presidente Vargas colocou dados de violência. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Uma pergunta, dados, por exemplo, sobre o autismo na cidade, vocês têm uma estatística desses dados? Porque eu tenho visto, ontem eu fui discutir um aluguel com um nosso da Ação Rua lá, só lá no Rainha do Brasil, a diretora me contou que eles estão com 60 crianças hoje na escola com autismo. E aí o que está acontecendo? Vocês sabem que tem muita judicialização. Ontem veio um pedido lá para o CPCA, mas nós temos vários, na educação integral, no serviço de convivência. Mas conforme a gravidade, nós somos obrigados a atender, por uma questão ética, mas nós não atendemos bem porque não tem o recurso necessário. A gente atrasa a etapa do desenvolvimento daquela criança por não ter as ferramentas dentro do programa, tanto da educação integral quanto serviço de convivência, para atender a necessidade daquela criança, naquele momento, que deveria ter mais educador, talvez um psicólogo, que pudesse fortalecer o educador, que sofre uma carga de tensão e nós não temos. Ontem uma família solicitou para nós, que tem duas crianças, tem muita ansiedade, muito problema, se nós podíamos atender. Eu não sabia nem dizer, porque se não tem outro serviço, não tem CAPS na Lomba, como é que vai ser o desespero daquela família. Por outro lado, às vezes duas crianças num grupo, que já tem o educador que está com muitas necessidades para dar conta, desorganiza todo o grupo. Então, nós precisamos do Conselho, junto com a Saúde, discutir o que nós vamos fazer, porque essas crianças merecem um atendimento de qualidade, não dá para a gente fazer de conta que não existem, elas são invisíveis, elas ficam rolando e vai se agravando, à medida que vai a idade avançando. **Luciane Escouto, Instituto Leonardo Murialdo:** E também tem outra questão, dentro do que o Frei Luciano está trazendo, que no início do ano, a equipe de coordenação da SMED, da educação integral dizia que a gente poderia diminuir, conforme as cotas, na questão de PCDs. E depois,

agora o discurso já não é mais o mesmo, porque daí ficaria um número de metas inalcançáveis. Então, eu reforço isso também. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Eu acredito que muitas vezes a criança com deficiência, que é independente do laudo até, e qual é o laudo, se é TEA, se é o quê, mas essa criança muitas vezes, ela não é só da assistência, ela não é só da saúde, ela não é só da educação, ela é dos três e da família. Então, assim, muitas vezes o que eu tenho visto é que estão empurrando principalmente para educação e para a assistência. E aí, não falando mal, mas assim, tirando da Saúde. Eu recebi esta semana, ontem, na verdade, de uma instituição, por parte da SMED, uma notificação para uma instituição, que apresente, em prazo de 24 horas, a informação sobre o atendimento por psicopedagoga para uma criança determinada ali. Se não fizesse, o bloqueio judicial ia acontecer. Então, o que era aquilo ali? É que a instituição, com recurso dela, da instituição, da parceria, ia pagar duas vezes na semana o psicopedagogo. Isso é assim, é o absurdo do absurdo! **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Vai começar, o pessoal está judicializando, tem na Lomba casos que já tem. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Mas assim, não pode judicializar. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Mas vai acontecer, porque a política não dá conta. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Mas não é a instituição que vai ter que pagar, não é a instituição que tem que pagar com recurso da parceria, não é a instituição que tem que garantir esse atendimento, quem tem que garantir o atendimento é o SUS, eu não digo nem a Prefeitura, é o SUS. Então, se o SUS não fizer, aí é com a Prefeitura, com o governo, sei lá o quê. Mas não é com a instituição. Porque é muito simples culpabilizar a instituição, achando muitas vezes que a instituição é a saúde daquela criança, não é a saúde. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** O que vai acontecer, eu estou prevendo, do jeito que está andando o processo de judicialização das relações humanas, que quando uma entidade disser que não puder atender, ela vai ser judicializada porque está discriminando aquela criança. Nós vamos chegar nesse ponto. Como a rede é tão pequenininha, olha o desespero nas comunidades, para uma família que tem, vamos nos colocar no lugar de uma família que tem uma criança especial, que tem necessidades. Ela não tem, na Lomba, por exemplo, não tem saúde mental. Quando tem para encaminhar uma família pobre, tem que vir

para o Partenon. Se perdeu a passagem daquela vez, ou perdeu o horário, que é uma família mais desorganizada, é só aqui um mês, dois meses, entra na fila de novo. Aquela criança vai passando, quando vê está com cinco, seis, oito, dez anos. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Mas Frei, eu quero dizer assim, são tipos diferentes de atendimento. Uma coisa é tu atender na educação ou no serviço de assistência. Isso é um atendimento que não vai substituir o psicólogo, o neuro, o terapeuta, não substitui, são coisas diferentes. Agora, teve uma outra situação, na instituição onde eu trabalho, que daí o juiz pediu para ampliar os atendimentos de TO, de psicopedagogo, de fono, na instituição, para aquela criança. Eu não tenho esses profissionais. E se eu tivesse esses profissionais, não seriam para atender individualmente uma criança, que eu não sou uma clínica, eu sou uma escola. Então, é diferente também as relações. Então, normalmente quando a gente começa a responder isso, a gente começa: vou explicar o que é uma escola. Então, a gente começa explicando o que é uma escola, o que é o serviço de assistência para poder entender porque que a gente vai falar. Porque assim, é uma compreensão completamente diferente e estão colocando para cima das instituições uma responsabilidade que não é das instituições. E aí eu acho, Sônia, que é bem o que a gente falou agora, não temos um serviço, acredito, com exceção do que abriu ali na Bento. No CERTA. Com exceção do CERTA, que já abriu lotado. Então, com exceção do CERTA, algum outro local para criança com TEA? Fora os demais transtornos, os mais laudos que a gente tem gritantemente ampliando cada vez mais. Eu acho que é uma questão que a gente vai ter que trazer. Assim, sobre a denúncia que a instituição me fez, eu passei para o Lino, que é a coordenação do Fórum também. E aí nós vamos organizar uma reunião, aproveitando a Defensoria Pública, que a gente já está indo, vamos aproveitar o Ministério Público para a gente poder ampliar. E eu quero que fique muito bem registrado de que nós, que as instituições, não estamos defendendo jamais que não é para atender, pelo contrário, a gente quer dar qualidade no atendimento. Então, que inclusão é essa? Qual é a forma melhor ou correta de fazer essa inclusão? Qual é o profissional que tem que se ter lá para poder fazer essa inclusão? Qual é o profissional que essa criança tem que ter para continuar os atendimentos? Então, essa rede de proteção que diz no ECA, em que a gente tem que ter para essa criança, muitas vezes nesse momento que tem uma necessidade especial, com uma deficiência. Eu acho que é bem colocado. Mais alguma coisa, pessoal? Ok. Então tá, é isso gente, a nossa plenária. Tá? Muito obrigada. Acabou! Não acabou. Não acabou! Na próxima plenária queria ver se a

gente consegue também trazer, Paulinho, o projeto do OP. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Na verdade, eu estava falando com Carlos Simões, que deixou o Conselho, ele rastreou onde é que estava esse projeto. Na última vez estava com a Rochele. Já despachou, mas não sabe onde está. Ele mandou ali os prints. Tem que saber onde é que está esse projeto. Então, para este ano não vai dar, nessa modalidade de fazer junto com o adulto. Talvez a gente rever, fazer outra estratégia, que não vai dar para acompanhar o OP do adulto. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Mas eu acho que não precisa vincular o OP dos adultos. A gente tem é que fazer. Depois a gente vê o calendário. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Vamos rever esse projeto do OP junto com o embaixador e voltar com ele. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Tá, podemos fazer semana que vem? Tá. Então, agora sim. Beijo!

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, às 15h30min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.